

A CRIANÇA COMO SUJEITO SOCIAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA ACERCA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CRIANÇA E SEUS DIREITOS

Vinicius João de Oliveira Araújo¹
Alexia Letícia Almondes de Moura²
Maria Clara dos Santos³
Cristiana Barra Teixeira⁴

RESUMO

Compreendendo que a concepção de criança e infância, a qual reconhecemos na contemporaneidade é fruto de uma construção histórica e social, delineamos como objetivo deste estudo, refletir e analisar historicamente as concepções de criança registradas nos estudos de Philippe Ariés (1975). Desse modo, a questão central da investigação é: Quais são as concepções de criança e infância registradas nos estudos de Ariés (1975) e suas implicações para os processos educativos da criança. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa, fundamentada na legislação vigente no país, além de aporte teórico tomando como base autores que abordam questões sociais das crianças de cunho filosófico como Ghiraldelli Jr. (2014), Kuhlmann Jr., M. (1998), entre outros. Na discussão, temos que, nos séculos XVI e XVIII as percepções sobre a infância influenciam os processos educativos a partir do sentimento de cuidado e proteção. Com a modernidade, a observação sobre a infância alcança preocupações que impulsionam as conquistas de direitos para as crianças, reconhecidos em instrumentos legais como a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). A ideia da criança como sujeito de direitos, no Brasil, é concretizada a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no ano de 1990, um instrumento de garantia de proteção e participação infantil na sociedade.

Palavras-chave: Criança, Infância, Concepções, Educação.

¹Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Piauí- UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB/UFPI, Piauí., avinicios702@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Piauí- UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB/UFPI, Piauí., alexia.almondes123@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Piauí- UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB/UFPI, Piauí., mariaclarasantosunivr22@gmail.com

⁴Cristiana Barra Teixeira, doutora em educação, CSHNB/UFPI, Piauí., cristianabarra@ufpi.edu.br.



1. INTRODUÇÃO

Os direitos da criança e do adolescente ganham cada vez mais espaço na sociedade contemporânea, e podemos compreender esse avanço como uma grande conquista para as crianças que hoje têm seus direitos reconhecidos e garantidos por leis e diretrizes que asseguram que essa etapa da vida seja vivida com dignidade. Mas nem sempre foi assim, as concepções de infância, e criança como a conhecemos hoje, é fruto de um longo processo de evolução e amadurecimento, uma vez que, historicamente as crianças não tinham seus direitos garantidos institucionalmente, tampouco, eram reconhecidas como um ser humano que necessitava de uma esfera própria, de cuidados e direitos.

Na contemporaneidade, temos diversas leis, diretrizes e políticas públicas que assegurem os direitos das crianças e adolescentes, que hoje são reconhecidos como sujeitos que carecem de cuidados e proteção integral, acesso à saúde, educação, cultura. O estatuto da criança e do adolescente (ECA) é um marco legal que regulamenta os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Esse cenário representa uma grande conquista das crianças e adolescentes que nem sempre foram reconhecidas como os indivíduos sociais e históricos do qual reconhecemos na contemporaneidade

Nesse viés, é fundamental compreender que a infância é uma construção histórica social, que passou por diversas transformações tomando como base a sociedade e o tempo em que estava inserida e foi influenciada por aspectos sociais, econômicos, culturais e religiosos das diferentes épocas, que foi se fortalecendo e tendo diversas transformações que fizeram o sentido de infância e criança chegarem aonde conhecemos hoje.

Refletir acerca da evolução histórica dos direitos das crianças e as concepções de infância torna-se fundamental para compreendermos que assim como o direito das classes minoritárias, as concepções de infância e criança passaram por diversas transformações para chegar onde conhecemos hoje, essa reflexão nos permite compreender os desafios que ainda permanecem na efetivação dos direitos das crianças

O presente artigo tem como objetivo refletir e analisar sob um olhar histórico as concepções de criança registradas nos estudos de Philippe Ariés (1975). Desse modo, a questão central da investigação é: Quais são as concepções de criança e infância



registradas nos estudos de Ariés (1975) e suas implicações para os processos educativos da criança que se perpetuam até a sociedade contemporânea.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em seis tópicos que buscam discutir acerca da evolução dos conceitos de criança e infância onde serão apresentadas as ideias em alguns tópicos sendo eles: Introdução, onde serão apresentadas sucintamente as ideias primárias; Em seguida os subtópicos a infância a luz da história e a evolução dos direitos das crianças, seguido da metodologia adotada para a realização do trabalho; Posteriormente, os resultados e discussões; E seguidamente, as considerações finais acerca dos estudos realizados, seguida dos agradecimentos e por fim as referências dos materiais utilizados para a construção dessa escrita.

1.1 A INFÂNCIA À LUZ DA HISTÓRIA

Conceituar a infância e defini-la não é uma tarefa fácil, isso se dá por diversos motivos, mas o principal se destaca a heterogeneidade que a infância e a criança carrega consigo, ora, se na contemporaneidade não temos um conceito de infância homogêneo, isto é, ainda observamos crianças que vivem em condições de vulnerabilidade social, ligadas a falta de acesso a serviços que são seus direitos como: Educação, saúde, cultura, lazer ao brincar. Exportamos esse pensamento à antiguidade, onde esses conceitos foram construídos ao longo do tempo e carecem de muitos anos de evolução para chegar onde conhecemos hoje.

Até os dias de hoje conceituar infância e compreender com precisão onde surgiu esse conceito não é uma tarefa fácil, em sua obra “História social da criança e da família”. Que tomaremos como norte para o presente escrito, Philippe Ariès (1975). Apresenta que até meados do século XII na era medieval era desconhecido a figura de criança, como se simplesmente não houvesse espaço para as mesmas.

Em pequenas ilustrações datadas do século XI apresentam uma passagem cristã que ao retratar uma cena evangélica a qual Jesus convoca as crianças se aproximarem dele. Ariès afirma que “Uma miniatura utioniana do século XI nos dá uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento” (Ariès, p,51. 1975). As crianças retratadas nessas pequenas ilustrações eram tratadas como como "miniaturas de



adultos” sujeitos esses que não demandam de um olhar específico para aquela etapa da vida. Dessa forma, embora estivessem visíveis a todos permaneciam invisíveis em sua essência.

Contudo, por volta do século XIII graças a forte influência do cristianismo, começaram a surgir algumas representações da figura de criança o qual se assemelha bastante ao sentimento moderno que deixou de ser vista apenas como uma miniatura de adulto, e passou a ser vista com um caráter distinto da fase adulta:

Surgiu o anjo, representado sob a aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescent; um clergeon, como diz P.du colombier. Mas qual era a idade do pequeno clérigo? era a idade das crianças mais ou menos jovens, que eram educadas para ajudar na missa. O segundo tipo de criança seria o modelo ancestral de todas as crianças pequenas: o menino jesus ou nossa senhora menina, pois aqui a infância era ligada ao mistério da maternidade da virgem maria, no começo Jesus era como as outras crianças, uma redução do adulto. Um terceiro tipo de criança apareceu na fase gótica: A Criança nua. O menino Jesus quase nunca era representado despido, na maioria dos casos aparecia como outras crianças da sua idade, constantemente enrolado em cueiros ou vestido em uma camisa ou camisola. (Ariès, p, 52 e 53. 1975).)

Assim fica evidente que a visão de criança que foi construída no decorrer dos séculos sofreu diversas mutações e a religião teve um papel ímpar nessa transformação, onde, a princípio o Clérigo estava ligado aos trabalhos religiosos, a criança sagrada na representação do menino jesus, e por fim a criança da fase gótica que se assemelha bastante a figura moderna da Criança, contudo, apesar ser retratada em pinturas religiosas, a criança ainda não era vista como um ser que necessita de cuidados específicos, nem possuía sua valorização como sujeito.

Assim, a partir do século XVI, a ideia de infância e suas particularidades passaram a ser destaque e tomaram forma, essa nova visão que a infância estava tendo passou a ser observado como o progresso da consciência da sociedade da época, que aqui podemos afirmar que passaram de certa forma a ver a figura da criança como algo indissociável das demais fases da vida. Assim, “O artista sublinha os aspectos graciosos e ingênuos da infância: A criança procurando o seio da mãe ou preparando para beijá-la ou lhe acariciar: A criança brincando com brinquedos tradicionais da infância” (Ariès, p 54. 1975). Desse modo, ainda de acordo com o autor, esse sentimentalismo e observação



das particularidades da infância passou a ser assemelhado cada vez mais à vida cotidiana. E assim, gradualmente as crianças passaram a ser apresentadas nas pinturas, não de forma individual, mas apresentadas realizando tarefas de criança, ou juntas com outros adultos, mas finalmente aparecendo nas pinturas.

No final do século XVI, existiam estátuas de crianças falecidas, e nessas pinturas as crianças eram retratadas de maneira isolada. Entre 1606 e 1607, Jaime I perdeu duas filhas e mandou as representar em uma pintura com todos os seus adereços, roupas e acessórios (Ariès, p 54. 1975). Desse modo, nesse momento era finalmente observada a criança independente do adulto, e por mais que fossem retratos raros, foi uma grande novidade do século XVI. O século XVII foi um divisor de águas quando falamos sobre temas de infância, visto que foi nessa época que as crianças começaram a ser vistas em pinturas de maneira individual. Para (Ariès, p. 65. 1975), a descoberta da infância começou de fato nesse século, e sua evolução é acompanhada por pinturas e iconografias, e afirma-se que o seu maior desenvolvimento teve ênfase nos séculos XV e XVI.

Vale destacar que quando apresentamos que o sentimento de infância não existia na idade média, não quer dizer que as crianças fossem necessariamente excluídas ou maltratadas. (Ariès, p, 80. 1975). Afirma que, O sentimento de infância não é o mesmo que afeição por às crianças, uma vez que o sentimento de infância perpassa os sentimentos de “Paparicação” quando nos referimos a ausência do sentimento de infância, queremos destacar que as crianças não eram reconhecidas como um ser humano que necessitava de uma esfera específica de cuidados. O sentimento e afeição por as crianças sempre existiu, entretanto, quando a criança se desdenhava da mama ou de sua mãe e se inseria na sociedade, aproximadamente aos sete anos as crianças se misturavam com os adultos e eram consideradas capazes de dispersar a ajuda dos seus responsáveis.

A partir do século XVI - XVII. A criança passa a ser vista como um ser humano frágil, inocente e diferente do adulto, e se torna uma espécie de distração e de relaxamento para o adulto, uma espécie de animalzinho de estimação para a contemporaneidade, ou para a época um sentimento de “Paparicação ”(Ariès, p, 81. 1975). Esse sentimento de paparicação da criança era originalmente vindo de suas mães, ou mulheres encarregadas dos cuidados desses.



A ama se alegra quando a criança fica alegre, e sente pena da criança quando esta fica doente, levanta-a quando cai, enfaixa-a quando se agita e a limpa quando se suja. ela educa a criança e a ensina a falar, pronunciando as palavras como se fosse ratiabate, braços, nos ombros ou no colo, para acalmá-la quando chorar: mastiga a carne para a criança quando esta não tem dente, para fazê-la dormir, enfaixa seus membros para que não fique nenhuma rigidez no corpo, e o banha para nutrir sua pele. (Ariès, p 158. 1975)

Assim ,o sentimento de paparicação das crianças está estritamente interligado com o movimento de conhecer as crianças como seres distintos dos adultos, uma vez que, o afeto e a afeição por as crianças passam a ser elementos cada vez mais presentes nas relações de criança e adulto. Ainda de acordo com o autor supracitado, talvez a maneira de ser das crianças tenha sempre sido encantadora para as mães e ambas principalmente, mas esse sentimento poderia se pertencer ao vasto vácuo dos sentimentos reprimidos.

Esse sentimento da infância pode ainda ser melhor observado a partir do século XVII, onde a demasiada atenção que as crianças estavam recebendo acarretou um sentimento negativo da infância que Ariès denomina como “Paparicação”. A partir daí, com o surgimento desse sentimento de se irritar com a criança, não era mais desejável que as crianças se sentassem ou se misturassem com os adultos, pois essa mistura permitiria que a criança fosse mimada e se tornasse mal educada.

Assim, o sentimento de infância, que a princípio ficou caracterizado pela paparicação, surgiu em meio ao seio familiar, e o segundo sentimento de exasperação, surgiu graças a fontes externas da família, geralmente de líderes religiosos da igreja católica, ou de homens da lei, que até o século XVII eram preocupados com os bons modos e costumes. Para esses homens, as crianças deviam ser observadas como criaturas divinas, frágeis criaturas de Deus, e se negavam a perceber as crianças como um ser que serviam apenas para entretenimento (Ariès, p 164. 1975). A partir do século XIII, com o surgimento desses elementos associados a preocupação com as crianças, surgiu também a preocupação com higiene e saúde física, desse modo, tudo que se referia a crianças era considerado um assunto sério, que necessita de atenção, onde finalmente a criança havia assumido um lugar central dentro da família.

A escola de certo modo contribuiu bastante para o sentimento de infância, uma vez que, surgiu na sociedade uma repugnância ao misturar as crianças menores com as



demais. (Ariès, p 1704. 1975) Afirma que, essa distinção não tinha como propósito distinguir o ensino infantil ou juvenil, pois, na época nem se quer existia uma natureza semelhante, apenas desejava-se proteger os estudantes das tentações da vida leiga, uma vida que muitos clérigos levavam. Desde o início do século XV, começou assim a dividir as classes escolares em turmas que tinham a mesma capacidade, que eram colocados sob a direção de um único mestre ou professor

Foi somente após o estudo bibliográfico dos séculos XV, XVII e XVIII, que começou a observar a divisão das turmas mediante a idade, o que consideramos como uma grande conquista, pois como mencionado anteriormente, as turmas eram organizadas apenas por o caráter excepcional de certos dons:

Até o meio do século XVII tendia-se a considerar o término da primeira infância a idade entre 5-6 anos, quando o menino deixava sua mãe ou ama. aos sete anos ele podia entrar no colégio, e até mesmo para o 7 ano. Mais tarde, a idade escolar, ao menos a idade de entrada para três classes de gramática, foi retardada para os 9-10 anos, portanto eram crianças de 10 anos que eram mantidas fora do colégio. (Ariès, p 1704. 1975)

A partir disso, compreendemos que esse marco de hierarquização não representa apenas uma mudança dentro da instituição escolar, mas uma forma de observar a criança como um ser humano que necessita de um atendimento diferente nas suas mais distintas fases do desenvolvimento.

Percebemos que o caráter educativo teve uma grande importância para o sentimento de pertencimento das crianças e conseqüentemente seus direitos que são assegurados na contemporaneidade, as instituições de educação infantil passaram a ser vistas como um meio de agregar a família em um meio social. (Kuhlman, p11. 2000). Esses sentimentos que foram criados ao longo do tempo contribuíram significativamente para os direitos que as crianças conquistaram na contemporaneidade.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa bibliográfica com ênfase em escritos históricos, o qual teve como base de fundamentação a obra clássica de Philippe Ariès, História social da criança e da família,



de 1975. A escolha dessa investigação teve como principal influência a disciplina Fundamentos da educação infantil, do curso de pedagogia, disciplina ofertada no período de 2024.1. Para a realização da presente pesquisa, foi necessário o levantamento de referências teóricas dentro da obra de Philippe Ariès, que norteou todo o escrito. A metodologia consistiu na leitura e categorização dos principais conceitos apresentados pelo autor. Além disso, buscou-se contribuições de outros autores contemporâneos para maior embasamento teórico e o enriquecimento da escrita.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teve como ponto de partida a obra de Philippe Ariès (1975). Que reflete sobre a construção histórica da infância a partir do século XVII, onde as crianças não eram reconhecidas em sua essência, apenas vistas como miniaturas de adultos, nos permitindo observar-que a construção do sentimento de infância e criança não são concepções biológicas, mas foram necessários muitos anos de desenvolvimento para que as crianças pudessem ao menos serem reconhecidas como um ser humano diferente do adulto, que necessita de uma esfera de cuidados inerentes a esses. A escola, por sua vez, foi um ponto muito importante para a transformação da concepção de infância.

No Brasil, isso não foi diferente, Kuhlmann Jr (2000). Apresenta que essa mudança da escola foi um ponto de desenvolvimento da concepção de criança, no entanto, a creche no Brasil no início da década de 1980 sofreu uma perseguição que ameaçava rebaixar novamente o caráter de ensino da educação infantil (Kuhlmann, p 12. 2000). O vínculo das creches com órgãos de serviços sociais fazia constantemente reviver a polêmica entre educação e assistência, entre educação e assistência. Ao restringir as creches a uma função meramente assistencial, reduz a infância a um tempo de meros cuidados e invalida as crianças de serem indivíduos que são portadores de um universo singular, o qual foi conquistado durante anos.

A percepção de infância foi um marco gradual e minucioso que foi ganhando espaço na família. “A história cultural da infância tem seus marcos, mas também se move por linhas minuciosas com o passar dos séculos” (Heyhood, p.45. 2004). Como já mencionado anteriormente, a construção do sentimento de infância foi construído ao longo dos anos de forma gradual, onde sofreu diversas influências, e a escola foi um



ponto de partida crucial para essa divisão entre criança e adulto, a partir disso, passou-se a observar a criança como ser inerente do adulto, reduzir a educação infantil a um simples meio de assistencialismo é um retrocesso frente às conquistas obtidas do desenvolvimento das crianças como uma esfera única de cuidados.

Resultante desse processo histórico em que as crianças foram ganhando destaque na sociedade podemos perceber que essa evolução gradual, minuciosa colaborou para a garantia de direitos e diretrizes da contemporaneidade que asseguram às crianças uma vida digna e de desenvolvimento integral. Dentre elas, podemos citar o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA). Que foi sancionado em 1990. E foi um marco que estabeleceu uma visão concreta sobre as crianças e adolescentes, que passou a conceber de fato, como sujeitos históricos sujeitos de direitos. De acordo com a lei (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) “implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral”. A partir disso, compreendemos que para que leis contemporâneas como a citada anteriormente, necessitavam de anos de evolução para conseguirem chegar onde temos hoje.

O processo de consolidação dos direitos das crianças não ocorreu de forma imediata, mas foi resultado de um longo processo histórico e de transformações sociais, culturais e educacionais. Cada conquista por “Menor” que fosse, foi crucial para o avanço da sociedade anterior, assim, marcos contemporâneos representam um grande significado que refletem a vitória das crianças, sobretudo, o compromisso ético e social que os estados devem ter em assegurar uma vida plena e desenvolvimento integral dos pequenos.

4 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se de suma importância estudar as concepções de infância na contemporaneidade, uma vez que, compreender que essa evolução foi algo que aconteceu de forma gradual durante os anos nos permite compreender que a infância deve ser um espaço de cuidados específicos. Reduzir esse momento da vida a um simples modo de cuidado é descaracterizar as crianças e todos os direitos que elas têm.



Ademais, por mais que na antiguidade os direitos das crianças não tenham sido leis e diretrizes de fato, consideramos que o fato de compreender a criança como um sujeito que necessita de uma esfera própria de cuidado é uma grande conquista e de certa forma uma lei, que passou a vigorar e se perpetua na contemporaneidade, com leis e diretrizes de fato governamentais.

5. REFERÊNCIAS

Ariés, Philippe. **História social da criança e da família** Philippe Ariés: tradução Dora Flaksman - 2 ed - Rio de Janeiro; Guanabara, 1986.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL

Heywood, Colin. **Uma história da infância**: da idade média à época contemporânea no ocidente/Colin Heywood: Trad. Roberto Cataldo Costa - Porto Alegre: Artmed, 2004

KUHLMANN JR., Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2000, n.14, pp.05-18. ISSN 1413-2478.

